

Questões Alimentares. Competência e Renúncia à Pensão Pela Mulher

Sídnei Agostinho Beneti

*Juiz do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo; Professor Titular
de Direito Civil da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo*

- 1 - Uma questão processual.
- 2 - As várias ações de alimentos.
- 3 - Domicílio ou residência.
- 4 - Simples morada.
- 5 - Escolha pelo alimentando.
- 6 - Perpetuação da jurisdição.
- 7 - A execução de alimentos.
- 8 - Precatórias e prisão do devedor.
- 9 - Comarca da Capital.
- 10 - Conexão e continência.
- 11 - Ação de alimentos após separação ou divórcio.
- 12 - Filhos ilegítimos.
- 13 - A revisional de alimentos.
- 14 - Inventário anterior.
- 15 - Cautelares anteriores.
- 16 - O sentido geral da jurisprudência.

1 - Uma Questão Processual

Todos nós que trabalhamos com o Direito conhecemos uma célebre frase que diz que toda definição é perigosa. Talvez pudéssemos dizer o mesmo do instituto da competência. Toda questão de competência é perigosa. Perigosa, portanto, a porta de entrada no Judiciário. E essa porta, se não pode ser escancarada em cada unidade judiciária, também não pode ser fechada ou tornada augusta. É muito sério o problema da distribuição dos serviços entre os diversos órgãos da jurisdição.

A determinação da competência é uma questão processual e, como toda questão processual, deve ser vista com cuidado a fim de não se transformar em verdadeiro empecilho à realização de direitos, ante os desvãos em que o direito pode vir a perder-se no caso de ser exagerada a análise processual. Extirpe-se a idéia de

enfoque da competência como perigoso labirinto de nulificação de direitos, à custa da filigrana inútil, da sutileza excessiva, do teorismo estéril, conquanto belo em si, como castelo de cartas, falsa morada de fingimento, de exercício mental que não serve à vida, para a qual existe o Direito, inclusive o Direito Processual.

Vamos procurar reduzir ao mínimo a carga de técnica processual no enfoque do assunto, evitando o tratamento correntio da competência baseado em regras já bem conhecidas, ou seja, fundado nas espécies de competência, absoluta ou relativa, de jurisdição, de foro, material e outras, para ficar no aspecto mais direto – de fundo – do assunto, apropriado a este curso de Direito de Família – não de Direito Processual.

2 - As Várias Ações de Alimentos

Há várias espécies de ações

de alimentos, de modo que não podemos, a rigor, falar em "ação de alimentos", no singular. São "ações de alimentos", no plural, ou, mais tecnicamente, procedimentos de ações de alimentos, porque, dependendo do fundamento do direito do alimentando, teremos um tipo de ação e de procedimento diferentes dos demais.

Os alimentos podem originar-se do parentesco, do casamento, da tutela e até mesmo do contrato, da doação (visto que o artigo 1.172 do Código Civil estabelece a regra da subvenção periódica instituída, por doação, que nada mais é do que alimentos). Também da responsabilidade civil podem os alimentos originar-se, como no caso da responsabilidade civil por homicídio, constante do artigo 1.537 do Código Civil, ou da indenização por ato ilícito com dano físico. Não terão essas prestações a característica alimentar? Sem dúvida que sim.

Mas vamos ficar nas ações de alimentos mais correntes, que são as oriundas do parentesco e do casamento.

3 - Domicílio ou residência

A competência, em caracterização prática bem útil, pode estabelecer-se singelamente, em função de apenas um dispositivo legal imediato, ou de modo complexo, mediante a incidência de dois, três ou mais dispositivos legais diretamente envolvidos. As questões mais difíceis estarão, evidentemente, nessa competência complexa.

Na competência simples, em que incide apenas um dispositivo legal, temos uma regra fundamental, que é o artigo 100, inciso II, do Código de Processo Civil: "É competente o foro: II - do do-

micílio ou da residência do alimentando para a ação em que se pedem alimentos".

Essa é a regra fundamental referente à competência. O que vale? Vale o foro do domicílio ou da residência do alimentando. Na verdade, diante da clareza dessa regra, centrada no destinatário da pensão, temos de admitir que muitas vezes o intérprete, em lugar de solucionar problemas, complica as coisas.

Regra direta, intuitiva, dessas regras que nem precisariam estar escritas no ordenamento jurídico, como não precisariam estar escritas as grandes regras de regência do Direito... Uma regra tão simples, tão clara, deveria dirimir, já de mera leitura, qualquer questão. E vamos ver que há, efetivamente, caminhada da jurisprudência no sentido da simplificação das coisas, depois de haver aplaidado dificuldades iniciais referentes à interpretação das normas, passando a prestigiar, como pedra de toque, o que importa realmente, ou seja, a prestação de alimentos a quem deles necessita como questão que, antes de ser jurídica, é de comer, habitar, vestir, em suma, viver.

Em todos os casos de fixação singela da competência teremos o procedimento da Lei nº 5.468, de 1968, isto é, haverá prova preconstituída da relação de parentesco entre alimentante e alimentando, ou prova do casamento entre eles, exigida para que se defira o rito especial da ação de alimentos. Se sobrevier outro rito, outro tipo de procedimento, se houver necessidade de utilização do rito ordinário, já não teremos uma questão de competência simples, nem que seja porque teremos pretensões cumuladas e, portanto, mais de uma ação, como ocorre na clássica hipótese de investigação de paternidade cumulada com alimentos.

Vamos ver. É competente o foro do domicílio ou da residência do alimentando para a ação em

que se pedem alimentos. Essa regra alude a dois pontos referenciais fáticos, que são o domicílio e a residência. Sabemos o que é domicílio, que domicílio é o lugar em que a pessoa estabelece residência com ânimo definitivo, como está no artigo 31 do Código Civil. Dessa mesma regra se extrai a noção de residência como o local em que a pessoa se estabelece sem o ânimo definitivo. Residência é o elemento fático do domicílio. Domicílio é a residência mais o ânimo, que é o elemento psíquico, volitivo, intencional, finalístico.

4 - Simples Morada

Mas a questão não para aí. Domicílio e residência devem determinar a competência da ação de alimentos, mas é preciso tomar cuidado com outro conceito para o qual os doutrinadores alertam, especialmente **Pontes de Miranda** e **Celso Agrícola Barbi**, ou seja, a chamada "simples morada".

A simples morada é menos que a residência e muito menos que o domicílio. Há uma gradação entre simples morada, residência e domicílio, do mais simples para o mais complexo, do mais fraco, em termos de fixação local e jurídica, até o mais forte, o definitivo, nesses termos. Essa simples morada é o que ocorre em exemplos de **Pontes de Miranda**: "A reside no prédio da Rua A, mas dorme, come, vive no escritório ou em casa de algum amigo, lugar em que pode ser encontrado, porém não é o endereço da sua residência".

Tome-se um advogado recluso em seu escritório, trabalhando dias a fio, devido à quantidade de serviço, agravada pelo curso de prazos para contestação ou recurso importantes. O escritório

não é seu domicílio nem residência, mas, naquele momento, é uma simples morada. Mora, mas não reside e muito menos é domiciliado no local.

Também o caso da mulher casada que brigou com o marido e passa algum tempo com os pais — o exemplo também é de **Pontes de Miranda**. A casa dos pais, o abrigo, refúgio no momento da separação, em que é preciso ir para algum teto, é simples morada.

Há um "iter" a ser percorrido na transmutação da simples morada em residência e desta em domicílio, quando intervém o "animus" da definitividade. **Pontes de Miranda** chega a dizer que "quem mora, demora; mas nem sempre reside". A simples morada é fática, como a residência, mas é menos que esta.

Ora, a regra do artigo 100, inciso II, do Código de Processo Civil, exige domicílio ou residência do alimentando para a definição, nele, do foro. Não basta a simples morada, que não interfere na competência.

A simples morada pode também surgir como uma fragmentação do domicílio ou residência. Suponhamos o caso do incapaz que seja colocado em determinado estabelecimento apropriado à sua enfermidade. Seu domicílio, mais que residência, é, por expressa disposição do artigo 36 do Código Civil, o domicílio do representante legal. No entanto, terá ele simples morada no determinado lugar em que se encontre, sem que esse local interfira na competência fixada pelo local em que for domiciliado ou residente seu representante legal.

O menor que mora em colégio interno poderá mover ação de alimentos e, também ele, terá no colégio simples morada, insuficiente para determinar a competência, de modo que para esta prevalecerá a regra do domicílio ou residência de seu representante legal.

5 - Escolha pelo Alimentando

O artigo 100, inciso II, apresenta uma regra de alternatividade entre domicílio e residência do alimentando. Daí a concessão a este de faculdade de escolha, faculdade que só a ele compete.

Mas essa faculdade de escolha, lembre-se, somente existirá quando se tratar de determinação simples da competência. Incidindo a conexidade, como no caso da ação revisional de alimentos, ou da ação de alimentos movida na pendência de processo de separação, ou ocorrendo cumulação de ações, como na hipótese da ação de investigação de paternidade cumulado com alimentos, já se terá a competência complexa, de modo que a regra determinativa da competência não será somente a do artigo 100, inciso II, mas a combinação com outras regras de competência, especialmente os artigos 102 a 111, que tratam da modificação da competência.

6 - Perpetuação da Jurisdição

Fixa-se a competência no momento da propositura da ação, segundo a conhecida regra da "perpetuatio jurisdictionis", como consta do artigo 87 do Código de Processo Civil: "Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem

a competência em razão da matéria ou da hierarquia".

O desembargador **Yussef Said Cahali**, na obra "Alimentos", já clássica e perfeitíssima como todos os trabalhos desse grande e benfazejo jurista, preocupa-se em explicar aquela velha noção, tão importante para a amarração de tantos institutos do direito processual, como as partes, os pedidos, os limites da coisa julgada: aquela velha idéia de que os processos são feitos para começar e terminar no mesmo instante em que propostos, só não o fazendo devido à impossibilidade fática; mas, idealmente, por imposição lógico-institucional, começam e terminam no mesmo dia. Exatamente por isso é que no dia do ajuizamento da ação se fixam os limites fáticos da demanda, entre os quais os que determinam a competência.

Quer dizer: a jurisdição se perpetua no foro do domicílio ou residência objeto da opção do alimentando, no momento em que propõe a ação. Se houver alteração do domicílio ou residência no decorrer do processo, não se alterará a jurisdição perpetuada, persistindo, pois, a competência fixada, mesmo se houver alteração extremamente significativa, ainda que acarrete reais dificuldades para o acompanhamento ulterior da ação em andamento, como o candente exemplo da mudança do alimentando para região longínqua do país. Quantos não vêm do Nordeste para São Paulo e depois seguem para Minas Gerais, Pará ou Rondônia, de acordo com a mudança dos ciclos migratórios determinados pela economia e pelo clima? Não importa. A ação seguirá no juízo em que foi proposta.

Tão grave quanto a ação de alimentos, no tocante à necessidade premente do alimentando, é, de certa maneira, a ação de acidente do trabalho. No seu âmbito, entretanto, já se tornou também tranqüila a regra de que se perpetua a jurisdição onde foi proposta.

7 -

A Execução de Alimentos

Outra regra de competência simples está na execução. A execução da pensão alimentícia – execução de sentença judicial, que é um outro processo, segundo a construção teórica de nosso direito processual, que vem da histórica “actio iudicati” romana – faz-se no mesmo juízo prolator da sentença exequenda. (Nossa abstração, devido à necessidade de coerência de sistema, gera essas obrigatórias situações de estranheza: se dissermos a alguém não versado na sutileza processual que, ante execução de sentença, temos dois processos distintos no mesmo caderno de autos, certamente ele não acreditará, achará que estamos brincando ou, ao menos, que estamos complicando muito a questão de evidência visual simples. E, na verdade, de certa forma, em muitos pontos do processo estamos complicando mesmo! Mas isso é outro assunto, que iria longe.)

A regra de a execução se fazer no mesmo foro, no mesmo juízo que sentenciou, é aplicada ao processo de alimentos em virtude do disposto no artigo 575, inciso II, do Código de Processo Civil, que diz: “A execução fundada em título judicial processar-se-á perante: II – o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição”.

Essa regra leva muitas vezes a problemas angustiosos na prática, que não temos, contudo, forma jurídica de superar, ou seja, o triste caso de execução da sentença da ação de alimentos proferida em unidade da federação brasileira em que já não mais reside o alimentando. Há no foro o caso da mulher nordestina que volta para

Pernambuco, Piauí ou outro estado e tem de prosseguir, aqui em São Paulo, na execução de sentença aqui proferida e vice-versa.

Infelizmente essa é a regra. Talvez pudéssemos tentar abrandá-la com base em construção jurídica que sustentasse a cisão dos efeitos declarativo e condenatório da sentença de alimentos, somente para efeito de competência, de modo a se poder desencadear a sanção pelo descumprimento da condenação, em outro juízo que não o prolator da sentença, com a remessa do processo ao juízo do novo domicílio ou residência do alimentando. Ou, quem sabe, valeria argumentar no sentido de a sentença da ação de alimentos, porque declarou o débito entre as partes, poder servir de prova preconstituída do próprio débito, mais do que da relação de parentesco, para propositura de outra ação de alimentos, em outro juízo de local distante.

Não tenho notícia de sucesso de fundamentação jurídica que leve à atribuição de competência de juízo diverso do sentenciante para o processo de execução. Há, entretanto, no dia-a-dia do magistrado, casos em que, de fato, a remessa dos autos a outro juízo, ou o recebimento de outro juízo, é fato inquestionado, realizando-se, assim, à margem do rigor da norma, a melhor justiça. Em minha jurisdição, não teria nenhuma dúvida em aceitar essa mudança de competência nos casos de lugares mais distantes, fazendo ceder minha necessidade de coerência sistemática ao bem maior consistente em evitar percalços e, por vezes, frustração de direito de quem é mais necessitado da proteção jurídica.

8 -

Precatórias e Prisão do Devedor

Se o alimentante é domiciliado em comarca diversa daquela em que foi ajuizada a ação de alimentos, a citação deve realizar-se por precatória, como é natural, salvo se se optar pela citação pelo correio, também autorizada pela lei de alimentos no artigo 5º.

A execução da sentença em iguais circunstâncias também se fará por precatória expedida ao juízo do lugar em que estiver domiciliado o alimentante. E, se a execução se fizer por precatória, seja referente a alimentos definitivos, seja quanto aos provisórios, não poderá o juiz deprecado decretar a prisão do devedor, pois a competência para essa grave providência não se coloca entre os poderes transferidos pelo juiz deprecante ao deprecado quando expede a precatória de citação, execução e penhora. A prisão sempre deve conter requisição de prática de atos concretos já decididos pelo juízo deprecante à luz do contraditório dos seus autos; não pode delegar a prática de atos jurisdicionais fora dos estritos limites do cumprimento dos atos concretos já mencionados.

9 -

Comarca da Capital

O foro especial é estabelecido em prol do alimentando, de modo que é renunciável por este. Diante da instalação das Varas Distritais da Capital, agora Foros Regionais, colocou-se uma questão que tam-

bém existirá nas comarcas do interior que possuam Varas Distritais: até onde irá a possibilidade de eleição do foro?

Discutiu-se muito na jurisprudência, com bons argumentos no sentido tanto da invalidade como da validade do ajuizamento no foro central ou distrital, no caso de o alimentando não residir no seu escritório.

Prevaleceu o argumento de que as normas que organizam a comarca da Capital são de ordem pública, determinando, portanto, regras de competência absoluta e improrrogável, bem diversas das normas referentes à competência territorial, apropriadas à dirimência de questões de competência entre diversas comarcas e não entre Varas de uma mesma comarca, porque, afinal de contas, as divisões da Capital integram, todas, a mesma comarca, a da Capital.

A mudança recente, com a instituição dos Foros Regionais, não alterou a natureza das coisas, pois os Foros Regionais são ainda divisões da comarca da Capital, não são outras comarcas. A competência é, portanto, inderrogável, de modo que, ajuizada ação, qualquer que seja, em Vara diversa da que a regra de competência determina, poderá o Juízo, de ofício ou mediante provocação de quem quer que seja, determinar a redistribuição do feito à Vara pertinente. A única restrição à declinação "ex-officio" da competência está na eventualidade de o juízo incompetente haver praticado atos positivos de jurisdição, como o caso de haver determinado a citação do demandado, ou de haver determinado a emenda da inicial. Se praticado algum ato positivo no processo, pelo juiz inicialmente incompetente, a matéria somente poderá ser levantada por intermédio de exceção de incompetência arguida pela parte.

10 - Conexão e Continência

Complicadores extraordinários da questão de competência são os institutos da conexão e da continência, baseados na incidência do artigo 102 do Código de Processo Civil: "A competência em razão do valor e do território poderá modificar-se pela conexão ou continência".

Nas ações revisionais sempre surgirá o problema da conexão, em virtude da incidência da regra do artigo 108 do Código de Processo Civil: "A ação acessória será proposta perante o juiz competente para a ação principal". É que há indistigavelmente conexão entre a ação principal e a acessória.

Aqui surge uma das charadas processuais mais interessantes. O processo vive de charadas, como, por exemplo, a da determinação da legitimidade das partes: no saneador, têm de ser determinadas as partes legítimas, as quais, em verdade, serão legítimas porque serão abrangidas pela coisa julgada; vale dizer: antes de se estabelecerem os limites subjetivos da coisa julgada pela sentença, tem o despacho saneador de dizer quais serão esses limites futuros, num jogo de sutil antevisão do que ocorrerá no processo.

A ação acessória será proposta perante o juiz competente para a ação principal, prevendo-se, portanto, qual será esse juiz. Mas já se decidiu que, se a mulher apenas move pedido de separação de corpos e depois se muda, fixa residência ou domicílio em outro local, o foro para a ação de alimentos por ela movida será onde fixou a residência por último e não onde havia primeiramente movido a ação cautelar de separação de

corpos. Por que? Porque a separação de corpos visava permitir a fixação da residência em algum lugar diverso do domicílio de casada, sem infringir o dever de coabitação. Daí a não-fixação do foro pela medida cautelar de separação de corpos.

11 - Ação de Alimentos Após Separação do Divórcio

A mulher separada judicialmente ou divorciada que não renunciou aos alimentos e não os teve fixados na sentença vê-se diante de questão de competência complexa ao mover ação de alimentos.

Ela terá de ponderar a regra do artigo 100, § 2º, que determina o foro do domicílio ou residência da alimentanda, bem como terá de atentar ao fato da conexão com o processo anterior de desquite – hoje separação – ou divórcio.

A diretriz prevalecente hoje em dia orienta-se pela seguinte distinção: se o processo de separação ou divórcio é findo e não há execução alimentícia de sua sentença em andamento, não há prevenção para a ação de alimentos, que se distribuirá livremente; mas se a separação, o divórcio ou execução estiverem em andamento, haverá prevenção, bem justificada pela necessidade de se evitar decisões contraditórias. Embora polêmicas – notadamente quanto à hipótese de ações anteriores em andamento –, essas são sem dúvida as melhores soluções.

Também o marido, diante da aplicação da regra do artigo 19 da Lei do Divórcio, se verá na presença de um processo anterior. Se o marido pleitear alimentos da mulher, em razão do dever de mútuo auxílio, ou em razão do artigo 19 da Lei do Divórcio, terá de considerar essa questão de competência.

12 -

Filhos Ilegítimos

O filho ilegítimo, natural ou espúrio – este tanto o adúlterino quanto o incestuoso, pois o incestuoso também se insere no amparo do artigo 405 do Código Civil –, pode mover ação de alimentos. Nesse caso teremos uma cumulação de ações. Serão duas ações em uma só: a referente a alimentos e a relativa à declaração, ainda que somente para efeito de alimentos, da paternidade.

As decisões referentes à investigação de paternidade cumulada com alimentos são instáveis há muito tempo, no que se refere à competência. Mas verifica-se um sentido de cristalização da orientação segundo a qual prevalece a competência determinada pelo foro de domicílio ou residência do alimentando sobre a regra das ações referentes a direitos pessoais, entre os quais os da personalidade, atinentes à filiação, oriundos do direito de família.

Está se pacificando nesse sentido a orientação. Tenho vários julgados estabelecendo a competência de acordo com julgado antigo, de que foi relator o desembargador **Bruno Affonso de André**, publicado na RJTJESP nº 26, pág. 190, e RT 492, pág. 106. O enfoque se torna claro com essa orientação simples: o que deseja o autor? Quer a paternidade ou quer alimentos? Se a pretensão é de alimentos, discutindo-se a paternidade apenas como antecedente necessário, prevalece a competência típica das ações de alimentos, ou seja, a do foro do domicílio ou residência do alimentando, do artigo 100 do Código de Processo Civil.

Mas há julgados em sentido contrário (inclusive o último julga-

do do Supremo Tribunal Federal de que se tem notícia sobre a matéria – mas julgado antigo, de 1976) que ainda conservam a regra de que seria competente o foro do domicílio do réu para ação de alimentos cumulada com investigação de paternidade.

A melhor orientação, contudo, sem dúvida, é a outra. No foro do domicílio do alimentando é que com mais facilidade exercitará ele – parte mais fraca – seus direitos, poderá produzir provas com maior desenvoltura e, afinal de contas, se preservará a pretensão principal, que é a de alimentos.

No caso, entretanto, de propositura de ação de investigação de paternidade posteriormente à ação de alimentos, há julgados estabelecendo que o juízo que só conheceu da ação de alimentos e apenas incidentalmente enfrentou a questão da paternidade não se tornou prevento para a ação de investigação de paternidade, que se move pelo rito ordinário, trazendo cognição processual bem maior do que o da ação sumária de alimentos.

13 -

A Revisional de Alimentos

Em São Paulo não há mais dissídio jurisprudencial a respeito da competência para a revisional de alimentos. Considera-se ação autônoma, vale dizer, é movida no foro do domicílio do alimentando, segundo o artigo 100.

Mas há distinção importante a fazer, como corolário de distinção de que já falei. Trata-se de ação autônoma somente se o processo anterior de separação estiver findo, porque, nesse caso, não haverá possibilidade de estabelecer-se conexão com processo findo, a despeito de ligeira discrepância da jurisprudência. Mas se o

processo anterior de separação estiver em andamento, não haverá dúvida a respeito da existência da conexão, tornando-se prevento o juiz da ação de separação em andamento para as ações ulteriores decorrentes da existência desse processo em andamento, tais como ação de arrolamento dos bens do casal, de separação de corpos, se ainda não ocorrida, de busca e apreensão de menor e outras possíveis ações conexas.

14 -

Inventário anterior

Conquanto o processo de inventário nada tenha que ver com a questão alimentar, já se discutiu a possibilidade de haver prevenção dele decorrente para a ação de alimentos subsequente.

Mas a pretensão à prevenção não vingou. Processo de inventário não forma conexão e, conseqüentemente, não determina prevenção para ação de alimentos de nenhuma espécie.

15 -

Cautelares Anteriores

Existência de anteriores pedidos cautelares como separação de corpos, assistência judiciária, busca e apreensão de menor, levam em regra à prevenção da jurisdição, com abrandamentos embora à luz do caso concreto. Não há dúvida de que determinam prevenção no caso de a nova ação, a de alimentos, vir a mover-se na mesma comarca dotada de mais de uma Vara. Mas a conseqüência não será a mesma se a ação de

alimentos vier a ser movida em outra comarca, para a qual se tenha mudado o alimentando: nesse caso prevalecerá a regra do domicílio ou residência do alimentando no momento da propositura da ação de alimentos.

Uma cautelar interessante já foi reconhecida por um julgado como causa de prevenção: julgou-se que pedido de concessão de assistência judiciária preveniu a jurisdição para a ação de alimentos. Mas esse julgado parece ter sido lançado ao sabor do caso concreto, pois a mera designação de advogado para fins de assistência judiciária, ato não contraditório e meramente assistencial, certamente não deveria ter força vinculativa da jurisdição à guisa de processo acessório preparatório.

16 - O Sentido Geral da Jurisprudência

A análise das várias questões de competência que as ações de alimentos ensejam leva a conclusão razoavelmente confortadora quanto à diretriz da jurisprudência. Agrada ver que se prestigia, realmente, o foro do domicílio ou residência do alimentando, forrando-o o mais possível à ingerência técnica capaz de levar à determinação de outra competência.

A jurisprudência está procurando, com evidência, ser justa na

determinação de competência, o que é um dado importantíssimo no compromisso geral do aparelhamento judiciário de realizar a justiça. Nas ações de alimentos, matéria que chama bem de perto o julgador a exercitar a sensibilidade humana e social – a ponto de fornecer o único amparo que os filhos incestuosos têm –, é confortador constatar esse sentido constante da jurisprudência.

No árido campo da competência, questão processual por excelência, em que avultam as poderosas construções abstratas da técnica processual, vê-se, felizmente, em regra, um bom produto humano de justiça.

Que assim seja sempre!

o SERVIÇO DE RECORTES DA AASP ATENDE DIARIAMENTE 10.000 ADVOGADOS

Receba as informações relativas a seus processos dentro do seu escritório, no mesmo dia em que são publicadas nos Diários Oficiais.

**O Serviço de Recortes da AASP
está à disposição de
todos os
nossos associados.**

